

Motu Proprio Sacrorum antistitum

 Papa São Pio X

 20/02/2026

 Documento papal, Modernismo, Motu Proprio, Magistério Eclesiástico

Julgamos não estar oculto a nenhum dos sagrados Prelados, que o astutíssimo gênero de homens, os modernistas, retirada a máscara que haviam vestido por meio da Encíclica Pascendi dominici gregis¹, não abandonaram os planos de perturbar a paz na Igreja. Pois de modo algum deixaram de procurar novos (seguidores) e de associar sócios em uma aliança clandestina, e com eles injetar nas veias da república cristã o veneno de suas opiniões, tendo editado livros e comentários, suprimido ou mentido o nome dos escritores. Este amadurecimento da audácia, pelo qual tamanha dor nos foi infligida, se, percorridas novamente as Nossas mencionadas Letras, for considerado mais atentamente, facilmente aparecerá que homens de tal costume não são outros senão aqueles que ali descrevemos, adversários tanto mais a serem temidos, quanto mais próximos; abusando de seu ministério para colocar isca envenenada nos anzóis para capturar os incautos, levando em volta uma aparência de doutrina, na qual a suma de todos os erros está contida.

Difundindo-se esta peste pela parte do campo do Senhor, de onde frutos mais alegres deveriam ser esperados, visto que é (dever) de todos os Prelados trabalhar na defesa da fé católica, e com suma diligência acautelar para que a integridade do depósito divino não tome nada de detrimento, então a Nós maximamente pertence fazer as ordens de Cristo Salvador, que disse a Pedro, cujo principado, embora indignos, obtemos: Confirma teus irmãos. Por esta causa certamente, isto é, para que na presente luta a ser enfrentada se confirmem os ânimos dos bons, julgamos oportuno referir as sentenças e prescrições de Nosso documento mencionado, expressas nestas palavras:

«Nós vos rogamos e suplicamos, que não permitais que na coisa tão grave vossa vigilância, diligência (e) fortaleza sejam desejadas (faltem) nem o mínimo. O que verdadeiramente pedimos e esperamos de vós, isso mesmo pedimos igualmente e esperamos dos demais pastores de almas, dos educadores e mestres da sagrada juventude, mas principalmente dos sumos mestres das famílias religiosas.

I. No que concerne aos estudos, queremos e firmemente mandamos que a filosofia escolástica seja posta (como) fundamento dos estudos sagrados. – Certamente, se algo foi buscado pelos doutores escolásticos com demasiada sutileza, ou transmitido pouco consideradamente; se algo (é) menos coerente com as doutrinas exploradas da era posterior, ou finalmente de qualquer modo não provável; isso de nenhum modo está no ânimo de ser proposto à nossa idade para ser imitado². O que é a cabeça da coisa, quando prescrevemos que a filosofia escolástica deve ser seguida, entendemos precipuamente aquela que foi transmitida por Santo Tomás de Aquino: sobre a qual tudo o que foi sancionado pelo Nosso Antecessor, queremos que tudo isso vigore, e onde for preciso instauramos e confirmamos, e mandamos que seja estritamente observado

por todos. Será (dever) dos Bispos, se em algum lugar nos Seminários estas coisas foram negligenciadas, urgir e exigir que elas sejam guardadas no futuro. O mesmo preceituamos aos moderadores das Ordens religiosas. Advertimos, porém, os mestres que tenham isto devidamente: que abandonar o Aquinate, ainda que pouco, sobretudo na coisa metafísica, não é sem grande detrimento. Um pequeno erro no princípio, assim é lícito usar as palavras do próprio Aquinate, é grande no fim³.

Posto assim este fundamento da filosofia, o edifício teológico seja construído diligentissimamente. – Veneráveis Irmãos, promovei o estudo da Teologia com quanta ajuda puderdes, para que os clérigos que saem dos seminários sejam imbuídos de preclara estima e grande amor por ela, e sempre a tenham por delícias. Pois na grande e múltipla cópia de disciplinas que se objeta à mente desejosa da verdade, não está oculto a ninguém que a sagrada Teologia reivindica para si o lugar de príncipe de tal modo, que seja um velho ditado dos sábios, que às demais ciências e artes incumbe o ofício de servir a ela e como que ao modo de servas obsequiar⁴. – Adicionamos aqui, que também nos parecem dignos de louvor aqueles que, incólume a reverência para com a Tradição e os Pais e o magistério eclesiástico, usando de sábio juízo e normas católicas (o que não acontece igualmente a todos), se esforcem por ilustrar a teologia positiva, tomada emprestada a luz da história. Certamente deve-se ter uma consideração maior do que até agora pela teologia positiva: contudo isso se faça de tal modo, que nada a (teologia) escolástica tome de detrimento, e sejam repreendidos aqueles que, como quem gerencia a coisa dos modernistas, exaltam a positiva de tal modo que pareçam desprezar a teologia escolástica.

Sobre as disciplinas profanas, porém, seja suficiente recordar o que sapientissimamente disse Nosso Antecessor: Trabalhai strenuamente também na consideração das coisas naturais: neste gênero, as coisas engenhosamente inventadas e utilmente ousadas de nossos tempos, assim como os contemporâneos admiram com direito, assim os pósteros celebrarão com perpétua recomendação e louvor⁵. Isso, contudo, sem nenhum dano aos estudos sagrados; o que o mesmo Nosso Antecessor advertiu com estas gravíssimas palavras: A causa dos quais erros, se alguém investigar mais diligentemente, entenderá estar situada potissimamente nisto: que nestes nossos tempos, quanto mais veementemente fervem os estudos das coisas naturais, tanto mais as disciplinas mais severas e mais altas decaíram: pois algumas (delas) calam quase no esquecimento dos homens; algumas são transmitidas de modo relaxado e leve, e o que é mais indigno, apagado o esplendor da prístina dignidade, são infectadas pela praviade das sentenças e pelos imanes portentos das opiniões⁶. Segundo esta lei, portanto, queremos que os estudos das disciplinas naturais nos sagrados seminários sejam temperados.

II. Para todos estes preceitos, tanto Nossos quanto de Nosso Antecessor, convém dirigir os olhos quando se tratar de eleger os moderadores e mestres dos Seminários ou das Universidades católicas. Quaisquer que de algum modo tiverem sido imbuídos pelo modernismo, esses, não tido respeito a coisa alguma, sejam afastados tanto do

encargo de reger quanto do de ensinar; se já o exercem, sejam removidos: igualmente os que favorecem o modernismo oculta ou abertamente, ou louvando os modernistas e escusando sua culpa, ou criticando a Escolástica e os Pais e o Magistério eclesiástico, ou detratando a obediência à potestade eclesiástica, em qualquer que enfim ela esteja: igualmente os que na coisa histórica, ou arqueológica, ou bíblica buscam novidades: igualmente os que negligenciam as sagradas disciplinas, ou parecem antepor as profanas. – Neste negócio, Veneráveis Irmãos, principalmente na escolha dos mestres, nunca será excessiva a advertência e a constância; pois os discípulos compõem-se na maior parte das vezes segundo o exemplo dos doutores. Pelo que, confiados na consciência do ofício, agi prudentemente e fortemente nesta coisa.

Com igual vigilância e severidade devem ser conhecidos e escolhidos aqueles que pedem para ser iniciados nas coisas sagradas. Longe, longe esteja da sagrada ordem o amor das novidades: Deus odeia os ânimos soberbos e contumazes. – Com a láurea de Teologia ninguém seja presenteado no futuro, que antes não tiver elaborado o currículo estabelecido na filosofia escolástica. E se for presenteado, seja presenteado invalidamente. – As coisas que o Sagrado Conselho preposto aos negócios dos Bispos e dos Religiosos preceituou aos clérigos da Itália, tanto seculares quanto regulares, no ano de 1896 sobre a frequência das Universidades; decretamos que aquelas coisas pertençam a todas as nações daqui por diante. – Os clérigos e Sacerdotes que tiverem dado o nome (se matriculado) em alguma Universidade católica ou Instituto igualmente católico, não aprendam na Universidade civil as disciplinas sobre as quais houve magistérios nestes (institutos católicos). Onde quer que isso tenha sido permitido, decretamos que no futuro não se faça. – Os Bispos, que presidem a moderação de Universidades ou Institutos deste tipo, cuidem diligentissimamente para que as coisas que até aqui ordenamos, sejam constantemente observadas.

III. Igualmente é ofício dos Bispos acautelar que os escritos dos modernistas, ou os que cheiram a modernismo e o promovem, se editados à luz, não sejam lidos; se ainda não editados, proibir que sejam editados. – Da mesma forma, quaisquer livros, jornais, comentários deste gênero não sejam permitidos nem aos adolescentes nos seminários nem aos auditores nas Universidades: pois estas coisas não hão de nocividade menos do que aquelas que foram escritas contra os costumes; antes até mais, porque viciam os inícios da vida cristã. – Nem de outro modo se deve julgar sobre os escritos de certos católicos, homens aliás de mente não má, mas que, inexperientes da disciplina teológica e imbuídos da filosofia mais recente, esforçam-se por compor esta com a fé e transferi-la, como dizem, para as utilidades da fé. Estas (escritas), porque são versadas sem nenhum medo por causa do nome e da boa estimação dos autores, trazem mais perigo para que alguém vergue sensivelmente para o modernismo.

Em geral, verdadeiramente, Veneráveis Irmãos, para que preceituemos em coisa tão grave, lutai fortemente para que quaisquer livros perniciosos à leitura que estejam à venda na diocese de cada um de vós, sejam exilados, usando até de solene interdição.

Pois, ainda que a Sé Apostólica despenda toda obra para tirar do meio escritos deste modo; contudo já cresceram tanto em número, que as forças mal são pares para notar a todos. Do que acontece que, por vezes, o remédio é preparado mais tarde, quando pelas demoras mais longas o mal se fortaleceu. Queremos, portanto, que os P sagrados, afastado todo medo, deposta a prudência da carne, desprezados os clamores dos maus, suavemente na verdade, mas constantemente, cada um assuma as suas partes; lembrados do que Leão XIII prescrevia na Constituição apostólica *Officiorum ac munerum*: Os Ordinários, também como Delegados da Sé Apostólica, esforcem-se por proscrever e tirar das mãos dos fiéis os livros e outros escritos nocivos editados ou difundidos em sua diocese. Com estas palavras atribui-se um direito, na verdade, mas também se manda um dever. Nem alguém pense ter cumprido este encargo do ofício, se tiver deferido a Nós um ou outro livro, enquanto se permite que outros muitos bem divididos sejam espalhados e divulgados por toda parte. – Nada, porém, vos retenha, Veneráveis Irmãos, o fato de que talvez o autor de algum livro tenha sido presenteado em outro lugar com aquela faculdade, que vulgarmente chamam *Imprimatur*: tanto porque pode ser simulada, quanto porque (foi) dada ou negligente-mente ou por benignidade excessiva ou por confiança excessiva concebida sobre o autor, o que talvez por último nas ordens dos Religiosos às vezes o mesmo alimento convém a todos, assim os livros que em um lugar são inocentes, podem ser nocivos em outro devido ao complexo das coisas. Se, portanto, o Bispo, ouvida a sentença dos prudentes, julgar que algum destes livros deve ser notado (censurado) em sua diocese, damos o poder espontaneamente e até mandamos o ofício. A coisa certamente se faça decentemente, restringindo a proibição, se for suficiente, apenas ao clero; íntegro, contudo, o ofício dos livreiros católicos de minimamente ter à venda os livros notados pelo Bispo. –

É visto que caiu o discurso sobre estas coisas, vigiem os Bispos para que, por cupidez de lucro, os livreiros não negociem má mercadoria: certamente nos índices de alguns os livros dos modernistas são propostos abundantemente e com não pequeno louvor. A estes, se detratarem a obediência, os Bispos, premissa a monição, não hesitem em privar do título de livreiros católicos; igualmente e com maior direito se ouvem (têm o título de) episcopais: os que, porém, são ornados com o título pontifício, defiram-nos à Sé Apostólica. – A todos, enfim, revocamos à memória o que a mencionada Constituição apostólica *Officiorum* tem, no artigo XXVI: Todos os que conseguiram a faculdade apostólica de ler e reter livros proibidos, não podem por isso ler e reter quaisquer livros ou jornais proscritos pelos Ordinários dos lugares, a não ser que a eles, no indulto apostólico, tenha sido feita expressa potestade de ler e reter livros condenados por quem quer que seja.

IV. Nem contudo é suficiente impedir a leitura e venda de livros perversos; convém que também a edição seja proibida. Por isso, os Bispos impartam a faculdade de editar com suma severidade. – Visto que, na verdade, são em grande número aquelas coisas da Constituição *Officiorum*, que pedem a permissão do Ordinário para que sejam editadas, nem o próprio Bispo por si pode pré-conhecer todas; em certas dioce-

ses censores por ofício são destinados em número suficiente para fazer o conhecimento (exame). Louvamos maximamente o instituto de censores deste modo: e não apenas exortamos, mas prescrevemos totalmente que aquilo seja propagado a todas as dioceses. Em todas as cúrias episcopais, portanto, estejam presentes censores por ofício, que conheçam as coisas a serem editadas: estes, porém, sejam eleitos de ambos os cleros, recomendados pela idade, erudição, prudência, e que vão por um caminho médio e seguro na aprovação e reprovação de doutrinas. A eles seja deferido o conhecimento dos escritos, que segundo os artigos XLI e XLII da mencionada Constituição estão sujeitos a exame prévio. O censor dará a sentença por escrito. Se esta for favorável, o Bispo dará o poder de editar pela palavra Imprimatur, à qual contudo será anteposta a fórmula Nihil obstat, adscrito o nome do censor. – Na Cúria romana, não de outro modo que em todas as demais, instituem-se censores por ofício. A estes, ouvido primeiro o Cardeal Vigário do Pontífice na Urbe, e então anuindo e aprovando o próprio Pontífice Máximo, o Mestre do sagrado Palácio apostólico designará. Será (dever) deste destinar o censor para conhecer cada escrito. A faculdade de edição será dada pelo mesmo Mestre e também pelo Cardeal Vigário do Pontífice ou pelo Antístite que gerencia as suas vezes, premissa, conforme dissemos acima, a fórmula de aprovação e adicionado o nome do censor. – Somente em adjuntos extraordinários e muito raramente, por prudente arbítrio do Bispo, a menção do censor poderá ser omitida. – O nome do censor nunca estará patente aos autores, antes que este tenha editado (dado) a sentença favorável; para que nada de incômodo seja exibido ao censor ou enquanto conhece os escritos, ou se não aprovam a edição. – Nunca se elejam censores das famílias religiosas, a não ser que antes se ouça em segredo a sentença do moderador da província: este, porém, testemunhará sobre os costumes, a ciência e a integridade de doutrina do elegendo, pela consciência do ofício. – Advertimos os moderadores dos Religiosos sobre o gravíssimo ofício de nunca permitir que algo seja editado pelos seus súditos na tipografia, a não ser que antes tenha intercedido a faculdade deles mesmos e do Ordinário. – Por último, proclamamos e declaramos que o título de censor, com o qual alguém é ornado, nada valer absolutamente e nunca poder ser trazido para firmar as opiniões privadas do mesmo.

Ditas estas coisas universalmente, preceituamos nominativamente que se observem mais diligentemente as coisas que no artigo XLII da Constituição Officiorum são decretadas nestas palavras: Os varões do clero secular são proibidos de, sem a prévia vênua dos Ordinários, assumir diários ou folhas periódicas para moderar. Se alguns usarem perniciosamente esta vênua, sejam privados dela, admoestados primeiro. – No que concerne aos sacerdotes, que vêm vulgarmente sob o nome de correspondentes ou colaboradores, visto que acontece mais frequentemente que eles editem em jornais ou comentários escritos infectados pela mancha do modernismo; vejam os Bispos que estes não tramem nada contra o que permitiram, e retratem a potestade dada, se convém. Admoestamos gravissimamente que os moderadores dos religiosos prestem isso mesmo: os quais, se agirem mais negligentemente, os Ordinários providenciem com a autoridade do Pontífice Máximo. – Os jornais e comentários, que são escritos por católicos, na medida em que possa ser feito, tenham um censor desig-

nado. O ofício deste será ler integral e atentamente as folhas individuais ou os livros, depois que tiverem sido editados: se algo tiver sido dito perigosamente, imponha que isso seja corrigido na folha ou livreto seguinte. Além disso, tenham os Bispos a mesma faculdade, ainda que o censor porventura tenha sido favorável.

V. Já acima lembramos os congressos e reuniões públicas, como sendo aqueles em que os modernistas se esforçam por defender e propagar abertamente as suas opiniões. – No futuro, os Bispos não permitirão que se tenham reuniões de Sacerdotes, a não ser rarissimamente. E se permitirem, permitirão apenas sob esta lei: que não se faça nenhuma tratativa de coisas que pertencem aos Bispos ou à Sé Apostólica; que nada se proponha ou se postule que infira ocupação da sagrada potestade; que tudo o que sabe a modernismo, tudo o que sabe a presbiterianismo ou laicismo, sobre isso o discurso se cale inteiramente. – As reuniões deste modo, as quais convém permitir singularmente, por escrito, e em tempestade (momento) apta, nenhum sacerdote de outra diocese esteja presente, a não ser que (o) recomendemos com letras de seu Bispo. – A todos os sacerdotes, porém, não caiam do ânimo aquelas coisas que Leão XIII gravissimamente recomendou: Seja santa entre os sacerdotes a autoridade de seus Antístites: tenham por certo que o múnus sacerdotal, se não for exercido sob o magistério dos Bispos, não será nem santo, nem bastante útil, nem honesto⁷.

VI. Mas na verdade, Veneráveis Irmãos, o que adiantará serem dadas ordens e preceitos por Nós, se estas coisas não forem observadas devida e constantemente? Para que isso suceda felizmente conforme os votos, pareceu (bom) estender a todas as dioceses o que os Bispos da Úmbria⁸, muitos anos antes, decretaram prudentissimamente para os seus. Para expelir os erros já difundidos, assim (dizem) eles, e para impedir que se divulguem mais além, ou que ainda existam mestres da impiedade pelos quais se perpetuem os efeitos perniciosos que manaram daquela divulgação; o sagrado Convento, inerindo aos vestígios de São Carlos Borromeu, decreta que se institua em cada diocese um conselho de provados de ambos os cleros, cujo (dever) seja vigiar se e com quais artes os novos erros serpenteiam ou são disseminados e informar o Bispo sobre estas coisas, para que, conferidos os conselhos, tome remédios com os quais esse mal possa ser extinto no seu próprio início, para que não se difunda mais e mais para a perdição das almas, ou, o que é pior, se confirme e cresça dia a dia. – Decretamos, portanto, que tal conselho, que apraz ser chamado de vigilância, seja instituído o quanto antes em cada diocese. Os varões que forem chamados para ele, serão cooptados quase do mesmo modo que estabelecemos acima sobre os censores. Reunir-se-ão com o Bispo a cada dois meses e em dia estabelecido: as coisas que tratarem e decretarem, guardem-nas sob a lei do segredo. Tenham estas coisas demandadas a si por múnus de ofício. Investiguem vigilantemente os indícios e vestígios do modernismo tanto nos livros quanto nos magistérios; prescrevam prudente, mas pronta e eficazmente, para a incolumidade do clero e da juventude. – Acautelam-se da novidade das vozes, e lembrem-se das advertências de Leão XIII: Não se pode aprovar nos escritos dos católicos aquele modo de dizer que, estudando a má novidade, pareça ridicularizar a piedade dos fiéis, e fale de uma nova ordem de

vida cristã, de novos preceitos da Igreja, de novos desejos do ânimo moderno, de uma nova vocação social do clero, de uma nova humanidade cristã, e muitas outras coisas desse gênero⁹. Não permitam estas coisas nos livros e preleções. – Não negligenciem os livros nos quais se tratam as piedosas tradições de cada lugar ou as sagradas Relíquias. Nem permitam que questões desse modo sejam agitadas em jornais ou comentários destinados a fomentar a piedade, nem com palavras de ludíbrio ou desprezo (pelos) sábios, nem com sentenças estáveis, sobretudo (se) não excedem os limites da probabilidade ou se apoiam em opiniões preconcebidas. – Sobre as sagradas Relíquias, tenham-se estas coisas. Se os Bispos, que são os únicos que podem nesta coisa, souberem com certeza que uma Relíquia é falsa, removam-na do culto dos fiéis. Se as autenticações de alguma Relíquia tiverem perecido, por perturbações civis talvez ou por qualquer outro caso; que ela não seja proposta publicamente a não ser devidamente reconhecida pelo Bispo. O argumento de prescrição ou de presunção fundada só valerá então, se o culto se recomendar pela antiguidade; certamente conforme o decreto, editado no ano de 1896 pelo sagrado Conselho para o reconhecimento das indulgências e das sagradas Relíquias, no qual se diz: As relíquias antigas devem ser conservadas naquela veneração na qual estiveram até agora, a não ser que em caso particular estejam presentes argumentos certos de que elas são falsas ou supositícias. – Quando, porém, for o juízo sobre as piedosas tradições, convém lembrar aquilo: que a Igreja usa de tanta prudência nesta coisa, que não permite que tradições desse modo sejam narradas por escrito a não ser aplicada muita cautela e premissa a declaração sancionada por Urbano VIII; o que, ainda que se faça devidamente, contudo não assevera a verdade do fato, mas, a não ser que faltem argumentos humanos para crer, apenas não proíbe que se creia. Assim claramente dizia o sagrado Conselho para a defesa dos legítimos ritos, há trinta anos: Que aparições ou revelações desse modo não foram nem aprovadas nem condenadas pela Sé Apostólica, mas apenas permitidas como devendo ser cridas piamente somente com fé humana, conforme a tradição que trazem, confirmada também por testemunhos e monumentos idôneos¹⁰. Quem tiver isso, estará livre de todo medo. Pois a religião de qualquer Aparição, enquanto olha o fato em si e é dita relativa, tem sempre a condição implícita da verdade do fato: enquanto porém é absoluta, sempre se apoia na verdade, pois dirige-se às próprias pessoas dos Santos que são honrados. Similarmente deve-se afirmar sobre as Relíquias. – Demandamos, enfim, àquele Conselho de vigilância, que dirijam os olhos assídua e diligentemente aos institutos sociais e também a quaisquer escritos sobre a coisa social, para que nada de modernismo se oculte neles, mas respondam às preceitos dos Romanos Pontífices.

VII. Para que estas coisas que preceituamos não sejam dadas porventura ao esquecimento, queremos e mandamos que os Bispos de cada diocese, passado um ano da edição das presentes letras, e depois a cada três anos, refiram à Sé Apostólica, com diligente e jurada narração, sobre estas coisas que são decretadas por esta Nossa Epístola, e igualmente sobre as doutrinas que vigoram no clero, e sobretudo nos Seminários e demais Institutos católicos, não excetuados aqueles que não estão sujeitos à au-

toridade do Ordinário. Impomos isso mesmo aos Moderadores gerais das ordens religiosas para os seus alunos».

A estas coisas, que confirmamos todas plenamente sob pena de temerária consciência contra aqueles que se recusarem a ser obedientes ao dito, adicionamos algumas peculiares, que se referem aos alunos das coisas sagradas que vivem nos Seminários e aos noviços do instituto religioso. – Nos Seminários, certamente, convém que todas as partes da instituição conspiram para isso: que finalmente algum dia seja formado um sacerdote digno de tal nome. Pois nem é lícito estimar que contubérnios desse modo estejam patentes apenas aos estudos ou à piedade. A instituição toda coalesce com ambas as coisas, e elas são como que palestras para formar a sagrada milícia de Cristo com diuturna preparação. Para que delas, portanto, saia um exército otimamente instruído, são totalmente necessárias duas coisas: doutrina para o culto da mente, virtude para a perfeição do ânimo. Uma postula que a juventude aluna das coisas sagradas seja instruída principalmente naquelas artes que têm parentesco mais estreito com os estudos das coisas divinas; a outra exige uma singular excelência de virtude e constância. Vejam, portanto, os moderadores da disciplina e da piedade, que esperança cada aluno projeta de si, e introspetem qual é a índole de cada um; se indulgem mais do que o justo ao seu engenho, ou parecem tomar espíritos profanos; se são dóceis para obedecer, propensos à piedade, não sentindo alto de si mesmos, retinentes da disciplina; se contendem à dignidade do sacerdócio proposto para si um fim reto, ou levados por razões humanas; se finalmente são potentes em conveniente santimônia de vida e doutrina; ou certamente, se algo destas coisas falta, se tentam adquirir com ânimo sincero e pronto. Nem a investigação tem demasiada dificuldade; dado que a falta das virtudes que dissemos logo traem tanto os ofícios da religião pagos com ânimo fictício, quanto a disciplina observada por causa do medo, não pela voz da consciência. Quem a retém por temor servil, ou a quebra por leviandade de ânimo ou desprezo, esse está o mais longe possível da esperança de exercer santamente o sacerdócio. Pois de modo algum se crê facilmente que um desprezador da disciplina doméstica não se afastará minimamente das leis públicas da Igreja. Se o moderador do sagrado efebo (seminarista) surpreender alguém preparado com este ânimo, e se advertido uma e outra vez, feito o experimento por um ano, entender que não recua de seu costume, expulse-o assim, de modo que não deva ser recebido no futuro nem por ele nem por nenhum bispo.

Duas coisas, portanto, sejam requeridas totalmente para promover os clérigos: inocência de vida conjunta com a sanidade da doutrina. Nem passe despercebido aquilo: que os preceitos e advertências, com os quais os bispos compelem os que hão de ser iniciados nas sagradas ordens, são convertidos não menos a estes do que aos candidatos, conforme onde se diz: «Deve-se providenciar, para que a sabedoria celeste, os costumes provos e a diuturna observação da justiça recomendem os eleitos para isso.... Sejam provos e maduros na ciência ao mesmo tempo e na obra... reluzam neles a forma de toda a justiça».

É sobre a probidade da vida certamente estaria dito o bastante, se esta pudesse ser separada com fácil negócio da doutrina e das opiniões que cada um assumiu para serem defendidas por si. Mas, como está no livro dos provérbios: Pela sua doutrina se conhecerá o varão¹¹ e como ensina o Apóstolo: Quem... não permanece na doutrina de Cristo, não tem a Deus¹². Quanto de obra, na verdade, deve ser dado para aprender coisas muitas e variadas, até a própria condição desta idade ensina, que nada exalta mais gloriosamente do que a luz da humanidade progredinte. Quantos, portanto, são da ordem do clero, se quiserem versar convenientemente aos tempos em seus múnus; se (quiserem) exortar com fruto na sã doutrina, e arguir aqueles que contradizem¹³; se (quiserem) transferir as riquezas do engenho para a utilidade da Igreja, convém que alcancem o conhecimento das coisas, e este minimamente vulgar, e que se aproximem mais da excelência da doutrina. Pois deve-se lutar com inimigos não imperitos, que à elegância dos estudos juntam a ciência muitas vezes costurada com dolos, cujas sentenças especiosas e vibrantes são levadas com grande curso e som de palavras, para que nelas pareça como que estrepitar algo peregrino. Por isso, as armas devem ser preparadas maduramente, isto é, uma opima seara de doutrina deve ser comparada (adquirida) por todos, quaisquer que se cinjam para santíssimos e árduos múnus na vida retirada.

Na verdade, porque a vida do homem está circunscrita por estes limites, de tal modo que da fonte ubérrima das coisas a serem conhecidas mal é dado atingir algo com a ponta dos lábios, o ardor de aprender também deve ser temperado e deve ser retida a sentença de Paulo: não saber mais do que convém saber, mas saber para a sobriedade¹⁴. Pelo que, visto que muitos e graves estudos já são impostos aos clérigos, seja os que pertencem às sagradas letras, aos capítulos da Fé, aos costumes, à ciência da piedade e dos ofícios, que chamam ascética, seja os que se referem à história da Igreja, ao direito canônico, à sagrada eloquência; para que os jovens não gastem tempo perseguindo outras questões e sejam distraídos do estudo precípua, vetamos totalmente quaisquer jornais ou comentários, por melhores que sejam, de serem lidos por eles, onerada a consciência dos moderadores, que não tiverem acautelado religiosamente para que isso não aconteça.

Para que, porém, seja segregada toda suspeita de modernismo introduzindo-se às escondidas, não apenas queremos que seja observado totalmente o que está prescrito acima sob o número dois, mas além disso preceituamos que cada doutor, antes de iniciar as preleções no começo do ano, exhiba ao seu Antístite o texto que cada um propôs a si mesmo ao ensinar, ou as questões a serem tratadas, ou as teses; depois, que pelo próprio ano se explore a razão do magistério de cada um; a qual, se parecer afastar-se da sã doutrina, será causa pela qual o doutor seja removido imediatamente. Finalmente, que, além da profissão de fé, dê juramento ao seu Antístite, segundo a fórmula adicionada abaixo, e subscrito o nome.

Este juramento, premissa a profissão de Fé pela fórmula prescrita pelo de saudosa memória Nosso Antecessor Pio IV, com as definições adicionadas do Concílio Vati-

cano, darão igualmente ao seu antístite:

- I. Os clérigos a serem iniciados nas ordens maiores; a cada um dos quais seja entregue antes um exemplar tanto da profissão de fé quanto da fórmula do juramento a ser prestado, para que as pré-conheçam acuradamente, adicionada a sanção do juramento violado, como abaixo.
- II. Os sacerdotes destinados a ouvir confissões e os sagrados pregadores, antes que sejam presenteados com a faculdade de exercer esses múnus.
- III. Os Párocos, Cônegos, Beneficiários antes de entrar na posse do benefício.
- IV. Os Oficiais nas cúrias episcopais e tribunais eclesiásticos, não excetuados o Vigário geral e os juízes.
- V. Os designados para fazer pregações pelo tempo da quaresma.
- VI. Todos os Oficiais nas Congregações Romanas ou tribunais diante do Cardeal Prefeito ou Secretário da mesma Congregação ou tribunal.
- VII. Os Moderadores e Doutores das famílias religiosas e Congregações antes que entrem no ofício.

Os documentos da profissão de fé, que dissemos, e do juramento prestado, sejam conservados em tábuas peculiares junto às Cúrias episcopais, e igualmente junto aos seus respectivos ofícios das Congregações Romanas. Se alguém, porém, o que Deus aversione, ousar violar o juramento, seja deferido imediatamente ao tribunal do Santo Ofício.

FÓRMULA DO JURAMENTO

«Eu... firmemente abraço e recebo todas e cada uma das coisas que foram definidas, asseveradas e declaradas pelo inerrante magistério da Igreja, sobretudo aqueles capítulos de doutrina que se opõem diretamente aos erros deste tempo. É primeiro, certamente, professo que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza, e portanto também demonstrado, pela luz natural da razão através das coisas que foram feitas, isto é, pelas obras visíveis da criação, como a causa pelos efeitos. Segundo: admito e reconheço os argumentos externos da revelação, isto é, os fatos divinos, e em primeiro lugar os milagres e as profecias, como sinais certíssimos da Religião cristã divinamente originada, e tenho os mesmos como maximamente acomodados à inteligência de todas as idades e homens, também deste tempo. Terceiro: Creio igualmente com fé firme que a Igreja, guardiã e mestra da palavra revelada, foi instituída próxima e diretamente pelo próprio verdadeiro e histórico Cristo, quando vivia entre nós, e que a mesma foi edificada sobre Pedro, príncipe da hierarquia apostólica, e seus sucessores através dos séculos. Quarto: Recebo sinceramente a doutrina da fé transmitida a nós desde os Apóstolos através dos Pais ortodoxos no mesmo sentido e na mesma sempre sentença; e por isso rejeito totalmente a invenção herética da evolução dos dogmas, que passam de um sentido para outro, diverso daquele que a Igreja teve primeiro; e igualmente condeno todo erro, pelo qual, ao depósito divino, entregue à Esposa de Cristo e a ser fielmente guardado por Ela, substitui-se a invenção filosófica, ou a criação da consciência humana, formada sen-

sivelmente pelo esforço dos homens e a ser aperfeiçoada no futuro por progresso indefinido. Quinto: tenho certissimamente e professo sinceramente que a Fé não é um senso cego da religião erompendo das latbras da subconsciência, sob pressão do coração e da inflexão da vontade moralmente informada, mas o verdadeiro assentimento do intelecto à verdade aceita extrinsecamente pelo ouvir, pelo qual certamente cremos serem verdadeiras as coisas que foram ditas, testificadas e reveladas pelo Deus pessoal, criador e senhor nosso, por causa da autoridade de Deus sumamente veraz.

Também me submeto, com a reverência que é par, e adiro com todo o ânimo às condenações, declarações e a todos os preceitos, que estão contidos na carta Encíclica «Pascendi» e no Decreto «Lamentabili», sobretudo cerca daquela que chamam história dos dogmas. – O mesmo reprovo o erro dos que afirmam que a fé proposta pela Igreja pode repugnar à história, e que os dogmas católicos, no sentido que agora são entendidos, não podem ser compostos com as origens mais verdadeiras da religião cristã. – Condeno também e rejeito a sentença daqueles que dizem que o homem cristão mais erudito veste uma dupla pessoa, uma do crente, outra do historiador, como se fosse lícito ao historiador reter aquelas coisas que contradigam a fé do crente, ou construir premissas das quais se siga que os dogmas são ou falsos ou dúbios, contanto que estes não sejam denegados diretamente. – Reprovo igualmente aquele modo de julgar e interpretar a Sagrada Escritura, que, pospostos a tradição da Igreja, a analogia da Fé e as normas da Sé Apostólica, adere às invenções dos racionalistas, e abraça a crítica do texto como única e suprema regra, não menos licenciada do que temerariamente. – Rejeito além disso a sentença daqueles que sustentam que, ao doutor que vai transmitir a disciplina histórica teológica, ou a quem escreve sobre essas coisas, deve ser deixada de lado primeiro a opinião antecipadamente concebida seja sobre a origem sobrenatural da tradição católica, seja sobre a ajuda divinamente prometida para a perene conservação de cada verdade revelada; depois, que os escritos de cada um dos Pais devem ser interpretados pelos sós princípios da ciência, excluída qualquer autoridade sagrada, e com aquela liberdade de juízo com a qual quaisquer monumentos profanos costumam ser investigados. – Enfim, professo-me em geral alheíssimo ao erro, pelo qual os modernistas sustentam que na sagrada tradição nada inestá de divino; ou, o que é muito pior, admitem isso em sentido panteísta; de tal modo que nada mais reste senão o fato nu e simples, a ser igualado aos fatos comuns da história; a saber, dos homens que por sua indústria, solércia e engenho continuam pelas idades subsequentes a escola iniciada por Cristo e seus apóstolos.

Por conseguinte, retenho firmissimamente a fé dos Pais e a reterei até o último espírito da vida, sobre o carisma certo da verdade, que está, esteve e estará sempre na sucessão do episcopado desde os Apóstolos¹⁵; não para que se tenha aquilo que possa parecer melhor e mais apto segundo a cultura de cada idade, mas para que nunca se creia de outro modo, nunca se entenda de outro modo a verdade absoluta e imutável pregada desde o início pelos Apóstolos¹⁶.

«Prometo que guardarei fiel, íntegra e sinceramente todas estas coisas e as custodiarei inviolavelmente, nunca me desviando delas seja ensinando seja de qualquer modo por palavras e escritos. Assim prometo, assim juro, assim (me ajude) Deus etc.».

DA SAGRADA PREGAÇÃO

Visto que, além disso, é conhecido por Nós por diuturna observação, que pares frutos não respondem aos cuidados dos bispos para que seja anunciada a Palavra divina, e julgamos que isso deve ser atribuído não tanto à desídia dos ouvintes, quanto à jactância dos oradores, que exibem a palavra do homem mais do que a de Deus, consideramos oportuno divulgar, vertido para o latim, e recomendar aos Ordinários o documento editado por ordem de Nosso Antecessor de feliz recordação Leão XIII pela Sagrada Congregação dos bispos e regulares no dia 31 do mês de julho no ano de 1894 e transmitido aos Ordinários da Itália e aos moderadores das Famílias religiosas e Congregações.

1. «É em primeiro lugar, no que pertence àquelas ornamentos de virtudes com os quais os sagrados oradores devem emanar potissimamente, acautelem os próprios Ordinários e Moderadores das famílias religiosas que nunca confiem este santo e salutar ministério da palavra divina àqueles que não sejam ornados e redundem nem de piedade para com Deus nem de caridade para com Cristo seu Filho nosso Senhor. Pois se estes dotes de ânimo forem desejados (faltarem) nos pregoeiros da doutrina católica, qualquer que seja a faculdade de dizer que possuam, nada mais prestarão certamente do que o bronze que soa, ou o címbalo que retine¹⁷: nem nunca lhes surprenderá aquilo de onde toda a força e virtude da pregação evangélica deriva, a saber, o zelo da glória divina e da eterna salvação das almas. A qual piedade certamente maximamente necessária aos oradores sagrados, convém que reluz também na razão externa da vida dos mesmos: para que os costumes dos que dissertam não refraguem aos preceitos e institutos cristãos celebrados no sermão: e nem os mesmos destruam na obra o que edificam na palavra. Além disso, que a piedade deste modo não cheire a nada de profano: mas seja dotada daquela gravidade, para que prove que eles são na verdade ministros de Cristo, e dispensadores dos mistérios de Deus¹⁸. De outro modo, pois, como sabiamente adverte o Angélico, se a doutrina é boa e se prega o mal, ele mesmo é ocasião de blasfêmia da doutrina de Deus¹⁹. – Mas na verdade à piedade e às demais virtudes cristãs não falte como companheira a ciência: visto que tanto é patente por si, e comprovado pela diuturna experiência, que nem um gênero de dizer sábio, nem composto, nem frutífero pode ser trazido por aqueles que não afluam em doutrina, sobretudo sagrada, e que, confiados em certa celeridade ingênita de palavras, ascendem ao púlpito temerariamente e quase despreparados. Estes certamente verberam o ar, e ignorantes expõem os eloquios divinos ao desprezo e à derrisão; plenamente dignos aos quais se adapte aquela sentença divina: Porque tu repeliste a ciência, repelir-te-ei, para que não funjas no sacerdócio para mim²⁰».

2. «Portanto, os bispos e priores das congregações religiosas não confiem o ministério da palavra divina a nenhum sacerdote, a não ser que antes conste que ele está

instruído devidamente com cópia de piedade e doutrina. Os mesmos vigiem com zelo para que sejam tomadas para serem tratadas apenas aquelas coisas que são próprias da sagrada pregação. Quais sejam verdadeiramente desse modo, o Cristo Senhor abriu então quando disse: Pregai o evangelho ...²¹ Ensinando-os a observar todas as coisas que vos mandei²². Às quais palavras aptamente S. Tomás: Os pregadores devem iluminar nas coisas a serem cridas, dirigir nas a serem operadas, manifestar as a serem evitadas, e, ora cominando, ora exortando, pregar aos homens²³. E o sacrossanto Concílio Tridentino: Anunciando-lhes os vícios, que convém que eles declinem, e as virtudes que (convém) seguir, para que possam evadir a pena eterna e conseguir a glória celeste²⁴. As quais coisas todas, tendo perseguido com cálam mais difuso o f. r. Pio IX, escreveu estas coisas: Não pregando a si mesmos, mas a Cristo crucificado, anunciando ao povo clara e abertamente os dogmas e preceitos de nossa santíssima religião, segundo a doutrina da Igreja católica e dos Pais, com grave e esplêndido gênero de oração expliquem acuradamente os ofícios peculiares de cada um, e deterram a todos dos flagícios, inflamem à piedade, para que os fiéis, saudavelmente refeitos pela palavra de Deus, declinem todos os vícios, sigam as virtudes, e assim possam evadir as penas eternas e conseguir a glória celeste²⁴. De tudo isso se faz perspícuo que o símbolo dos Apóstolos, o decálogo divino, os preceitos da Igreja, os Sacramentos, as virtudes e vícios, os ofícios de sua condição de cada um, os novísimos do homem e as demais verdades eternas desse gênero, estes são os argumentos próprios sobre os quais convém sermonar».

3. «Mas a cópia tanto ubérrima quanto gravíssima de tais coisas os ministros mais recentes da palavra divina não raro têm em nenhuma conta; negligenciam e quase rejeitam como algo obsoleto e inane. Estes, sem dúvida, visto que têm devidamente comprovado que os recitados momentos das coisas são menos idôneos para captar a graça popular, à qual tanto anseiam; buscando as suas coisas, não as que são de Jesus Cristo²⁵, deixam de lado claramente as mesmas; e isso até nos próprios dias da quaresma e nas restantes tempestades mais solenes do ano. E mudando os nomes juntamente com as coisas, substituem os antigos sermões por um certo gênero de alocução recente e menos retamente entendido, que chamam CONFERÊNCIA, mais apto para aliciar a mente e o pensamento do que para impelir a vontade e instaurar os costumes. Estes certamente não reputam consigo que os sermões morais aproveitam a todos, as conferências mal a poucos; dos quais, se se olhasse mais diligentemente para os costumes pela castidade frequentemente inculcada, pela demissão do ânimo, pelo obséquio à autoridade da Igreja, por isso mesmo despiriam as opiniões preconcebidas sobre a fé e receberiam a luz da verdade com ânimo mais pronto. Pois o fato de que muitos sentem perversamente sobre a religião, maximamente entre as gentes católicas, isso deve ser atribuído mais às desenfreadas cupidouros do ânimo, do que ao vício da inteligência aberrante, segundo a sentença divina: Do coração saem os maus pensamentos... as blasfêmias²⁶. Daqui Agostinho referindo as palavras do Salmista: Disse o insipiente em seu coração: não há Deus²⁷, comenta: em seu coração, não em sua mente».

4. «Estas coisas, contudo, não devem ser aceitas assim, como se sermões desse gênero por si sejam totalmente improváveis, visto que, ao contrário, se forem tratados aptamente, podem ser perúteis ou até necessários para refutar os erros com os quais a religião é atacada. Mas deve ser removida totalmente do púlpito aquela pompa de dizer, que versa mais em certa contemplação das coisas do que na ação; que olha a cidade mais de perto do que a religião; que, finalmente, brilha melhor pela aparência do que pela uberdade dos frutos. Pois todas essas coisas, mais acomodadas aos comentários e academias, minimamente congruem à dignidade e amplitude da casa de Deus. Os sermões, porém, ou conferências, que têm proposta a defesa da religião contra as impugnações hostis, ainda que às vezes necessários, não são aptos aos ombros de todos, mas aos dos mais válidos. E até aos próprios oradores exímios deve ser aplicada grande cautela, porque não decente que defesas desse modo sejam feitas a não ser onde o tempo ou o lugar ou a condição dos ouvintes as postulem necessariamente, e esteja presente a esperança de que não serão vazias de fruto: o juízo legítimo de cuja coisa ninguém duvidará estar em poder dos Ordinários. Convém, além disso, que nos sermões desse gênero a força de provar se apoie muito mais nas doutrinas sagradas do que nas palavras da sabedoria humana, e que todas as coisas sejam ditas nervosamente e dilucidamente, para que porventura não fiquem impressas mais profundamente nas mentes dos auditores as opiniões falsas do que as verdadeiras opostas, nem as objeções percutam mais do que as respostas. Antes de tudo, porém, deve-se acautelar aquilo, que a frequência de tais sermões não diminua a dignidade dos sermões morais ou a remova do uso, como se estes fossem de ordem inferior e devendo ser estimados em menos diante daquele gênero pugnaz de dizer, e portanto a serem deixados ao vulgo dos pregadores e auditores; quando, ao contrário, é veríssimo que os sermões sobre os costumes são maximamente necessários à maioria dos fiéis; e em dignidade não cedem minimamente às disputas contenciosas; de tal modo que até pelos prestantíssimos oradores, diante de qualquer reunião mais elegante e frequente, deveriam ser feitos pelo menos de vez em quando com sumo estudo. O que se não for feito, a multidão dos fiéis será cogida a ouvir sempre falando sobre erros, dos quais a maioria deles abomina; nunca sobre os vícios e noxas, pelos quais auditórios desse modo são infectados antes dos demais».

5. «Mas se a escolha do argumento não está vazia de vícios, outras coisas, e aquelas mais graves ainda, ocorrem para serem lamentadas se alguém referir o ânimo à espécie e forma da oração. A qual, conforme egregiamente disserta o Aquinate, para que na realidade seja luz do mundo, três coisas deve ter o pregador da palavra divina: a primeira é a estabilidade, para que não se desvie da verdade: a segunda é a clareza, para que não ensine com obscuridade: a terceira é a utilidade, para que busque o louvor de Deus e não o seu²³. Mas na verdade a forma hodierna de dizer muitas vezes, não apenas está longe daquela perspicuidade e simplicidade evangélica que deveria ser própria aos mesmos, mas está toda posta nos anfractos das palavras e em coisas recônditas, que excedem a captação comum do povo. Coisa sãmente do-enda e a ser chorada com as palavras do profeta: Os pequeninos pediram pão, e não havia quem lho partisse²⁸. Mas aquilo ainda mais miserável, que frequentemente

falta a estes sermões aquela espécie de religião, aquele sopro de piedade cristã, aquela enfim força divina e virtude do Espírito Santo falando interiormente e movendo piamente os ânimos para o bem: a qual força sãmente e virtude sempre deveriam ser usadas pelos pregoeiros sagrados as palavras do Apóstolo: O meu sermão, e a minha pregação, não em palavras persuasíveis de sabedoria humana, mas na ostensão de espírito e de virtude²⁹. Os mesmos, ao contrário, confiados nas palavras persuasíveis da sabedoria humana, mal ou nem mal intencionam o ânimo aos eloquios divinos e às Escrituras Sagradas, que abrem laticínios (fontes) mais potentes e mais úberes para a sagrada pregação, como disertamente ensinava recentemente o Santíssimo Senhor Leão XIII com estas palavras gravíssimas: – «Esta própria e singular virtude das Escrituras, promanada do sopro divino do Espírito Santo, é a que adiciona autoridade ao orador sagrado, fornece a liberdade apostólica de dizer, tributa a eloquência nervosa e vitoriosa. Pois quem quer que refira o espírito e a força da palavra divina ao falar, ele não fala somente em sermão, mas também em virtude, e no Espírito Santo, e em plenitude muita³⁰. Pelo que devem ser ditos agir prepostera e improvidamente, aqueles que de tal modo fazem sermões sobre a religião e enunciam os preceitos divinos, que não tragam quase nada a não ser palavras da ciência e prudência humana, apoiados mais nos seus argumentos do que nos divinos. A oração destes, entenda-se, por mais que brilhe com luzes, é necessário que languideça e esfrie, como sendo a que carece do fogo do sermão de Deus, e que a mesma esteja longe daquela virtude, pela qual o sermão divino é potente: Pois vivo é o sermão de Deus, e eficaz, e mais penetrante que toda espada de dois gumes: e atingindo até a divisão da alma e do espírito³¹. Ainda que nisto também se deva assentir aos mais prudentes, que nas sagradas Letras inesta uma eloquência miramente variada e úbere e digna de grandes coisas; o que Agostinho viu perfeitamente e arguiu disertamente³², e a própria coisa confirma nos oradores sagrados prestantíssimos, que afirmaram, gratos a Deus, dever o seu nome precipuamente ao costume assíduo e à meditação piedosa das Bíblias³³».

«Eis, portanto, a fonte facilmente príncipe da eloquência sagrada, a Bíblia. Mas os pregoeiros que se compõem segundo os novos exemplos, não haurem a cópia de dizer da fonte de água viva, mas por um abuso sãmente não suportável, convertem-se às cisternas dissipadas da sabedoria humana, e deixada de lado a doutrina divinamente inspirada, ou dos Pais da Igreja e dos Concílios, estão todos em proferir os nomes e sentenças de escritores profanos e recentes e até vivos: as quais sentenças sãmente frequentemente oferecem asa a interpretações, ou ambíguas ou muito perigosas. – «Outra cabeça de ofensa injetam aqueles que de tal modo dissertam sobre as coisas da religião, como se medissem tudo pelos emolumentos e cômmodos desta vida caduca, quase esquecidos da futura e sempiterna: os quais perseguem preclaramente os frutos trazidos pela religião cristã à sociedade dos homens; mas dissimulam os ofícios a serem observados pelos mesmos; exaltam a uma caridade de Cristo Salvador; calam a justiça. Daí o exíguo fruto dessa pregação, ouvida a qual o homem profano traz consigo a persuasão, de que mesmo não mudados os costumes ele será cristão, enquanto diga: Creio em Cristo Jesus³⁴.» – Mas, o que lhes interessa colher frutos? Sã-

mente não têm isso proposto, mas aquilo maximamente, que assentam aos ouvidos prurientes dos auditores; e enquanto veem os templos repletos, permitem que os ânimos permaneçam vazios. Por esta causa certamente não injetam nenhuma menção sobre o pecado, sobre os novíssimos, e outras coisas de máximo momento, mas estão todos nisto, que derramem palavras agradáveis, com eloquência mais tribunícia e profana do que apostólica e sacra, para que cacem clamores e aplausos; contra os quais assim Jerônimo: Ensinando tu na Igreja, não se suscite o clamor do povo, mas o gemido: as lágrimas dos ouvintes sejam os teus louvores³⁵. Do que acontece que os sermões destes, tanto nos edifícios sagrados quanto fora, exibam um certo aparato cênico, e tirem toda a espécie de santidade e eficácia. Daqui migrou dos ouvidos do povo e de muitos até do clero a voluptuosidade, toda a que é haurida do verbo divino; daqui as ofensas injetadas a todos os bons; daqui o proveito ou muito exíguo, ou plenamente nulo, dos aberrantes, que, ainda que às vezes concorram para ouvir, as palavras agradáveis, sobretudo se iliciados pelas magníficas (coisas) cem vezes ressonantes, o ascenso da humanidade, a pátria, a ciência recentemente invectada, depois que prosseguiram o perito em dizer com efuso aplauso, os mesmos saem do templo como antes, não dessemelhantes daqueles, que admiravam, mas não se convertiam³⁶».

«Querendo, portanto, esta Sagrada Congregação, por mandato de Nosso Santíssimo Senhor, coibir tantos e tão improváveis abusos, compele todos os Bispos e aqueles que presidem as Famílias religiosas ou institutos eclesiásticos como supremos moderadores, que com peito apostólico se oponham aos mesmos e curem com todo estudo que sejam extirpados. Lembrados, portanto, daquelas coisas que foram prescritas pelo SS. Concílio Tridentino³⁷ – São obrigados a assumir varões idôneos para o ofício de pregação deste modo, – neste negócio portem-se perquam diligentemente e cautamente. Se se tratar de sacerdotes de sua diocese, acautelem impensamente os Ordinários que nunca os mesmos sejam admitidos àquele múnus, sem que antes tenham sido provados sobre a vida e ciência e costumes³⁸, isto é, a não ser que feito o perigo (teste) ou por outra razão oportuna conste que eles são idôneos. Se, porém, a coisa for sobre sacerdotes de diocese alheia, não permitam a ninguém ascender ao púlpito, e isso sobretudo nos dias mais solenes, a não ser que antes conste por testemunho escrito do próprio Ordinário ou do Antístite religioso que os mesmos são dotados de bons costumes e pares para aquele múnus. Os Moderadores, porém, de cada Ordem sua, Sociedade ou Congregação religiosa não permitam a absolutamente ninguém dos alunos da própria disciplina assumir o múnus de pregador, e muito menos recomendem com testemunho de letras aos Ordinários dos lugares, a não ser que tenham perspectiva tanto a probidade dos costumes quanto a faculdade de pregar como convém do mesmo. Se, porém, tiverem recebido algum orador recomendado a si por letras e logo, experientes, conhecerem que ele ao pregar se afasta das normas das presentes Letras, obriguem-no cedo ao obséquio. O que se não ouvir, proíbam-no do púlpito, adibidas também, se for preciso, as penas canônicas, as quais a coisa pareça postular».

Julgamos que estas coisas deviam ser prescritas ou recordadas, mandando que sejam observadas religiosamente, movidos pela gravidade do mal que cresce dia a dia, ao qual não se pode ocorrer mais tarde sem sumo perigo. Pois nem a coisa é mais, como desde o início, com disputadores saindo em vestes de ovelhas, mas com inimigos abertos e infensos, e estes domésticos, que feito o pacto com os inimigos capitais da Igreja, têm proposta a eversão da fé. São estes, certamente, cuja audácia contra a sabedoria trazida do céu surge quotidianamente, a qual arrogam a si o direito de corrigir, como se estivesse corrompida; de renovar, como se estivesse acabada pela velhice; de aumentar e adaptar aos placitos, progressos, cômmodos do século, como se a mesma não fosse adversa à leviandade de poucos, mas ao bem da sociedade.

A estas ousadias contra a doutrina evangélica e a tradição eclesiástica nunca se oporá bastante (nunca será suficiente) o excesso de vigilância ou de severidade por parte daqueles a quem foi confiada a guarda fiel deste sagrado depósito.

Portanto, as advertências e mandatos salutares que editamos por este Motu proprio e certa ciência, queremos e ordenamos que, por Nossa autoridade, consistam ratos e firmes, devendo ser observados religiosissimamente por todos os Ordinários do orbe católico e também pelos supremos Mestres das Ordens regulares e institutos eclesiásticos, não obstante quaisquer coisas em contrário.

Dado em Roma, junto a São Pedro, no dia 1 do mês de Setembro, no ano de 1910, oitavo de Nosso Pontificado.

PIUS PP. X.

Notas

1. Dat. d. VIII septembr. MCMVII. ↩
2. LEO XIII , Encycl. «Aeterni Patris». ↩
3. De Ente et Essentia, proëm. ↩
4. LEO XIII, Litt ap., X dec. MDCCCLXXXIX. ↩
5. Alloc., « Pergratus Nobis » ad scientiar. cultores, VII martii MDCCCLXXX. ↩
6. Alloc, ut supra. ↩
7. Litt. Encycl. « Nobilissima», VIII febr. MDCCCLXXXIV . ↩
8. Act. Consess. Epp. Umbriae, novembri MDCCCXLIX , tit. II , art. 6. ↩
9. Instruct. S. G. NN. EE. EE., XXVII Ian. MCMII. ↩
10. Decr. II maii MDCCCLXXVII. ↩
11. Prov. XII, 8. ↩
12. II Ioan. 9. ↩

13. Tit. I, 9. ↩
14. Rom. XII, 3. ↩
15. IREN., 4, c. 26. ↩
16. Praeser. c. 28. ↩
17. I Cor. XIII, 1. ↩
18. I Cor. iv, 1. ↩
19. Comm. in Matth. v. ↩
20. Os. iv, 6. ↩
21. Marc., XVI, 15. ↩
22. Matth., XXVIII, 20. ↩
23. Loc. cit. ↩ ↩
24. Sess. V, cap. 2, De Reform. ↩ ↩
25. Litt. Enc. IX nov. MDCCCXLVI. ↩
26. Matth. XV, 19. ↩
27. Psal. XIII, 1. ↩
28. Thren. IV, 4. ↩
29. I. Cor. II, 4. ↩
30. I. Thess. I, 5. ↩
31. Hebr. iv, 12. ↩
32. De Doctr. christ. IV, 6, 7. ↩
33. Litt. encycl, de Studiis Script. Sacr., XVIII nov. MDCCCXCIII. ↩
34. Card. BAUSA, Archiep, Florentin., ad iuniorem clerum, 1892. ↩
35. Ad Nepotian. ↩
36. Ex Aug. in Matth, XIX, 25. ↩
37. Sess. V, c. 2, De reform. ↩
38. Conc. Trid., Sess. V, c. 2, De reform. ↩